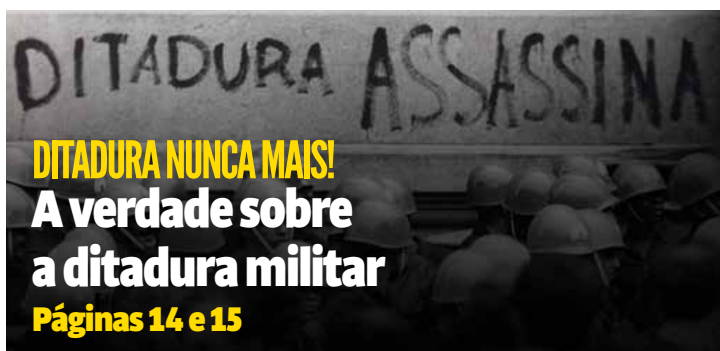


CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

FRANÇA VIVE EXPLOÇÃO SOCIAL

Páginas 8 e 9



DITADURA NUNCA MAIS!

**A verdade sobre
a ditadura militar**

Páginas 14 e 15



CAPITALISMO

**Crise do sistema bancário
e a possibilidade de uma
nova recessão**

Páginas 10 e 11



CHARGE

“**Tem eu. Não esqueçam de mim, sou boa**”



Damares Alves, sobre alternativas da direita para 2026.

ASSISTA NA ÍNTEGRA



Gustavo Machado (@orientacaomarxista) no À Deriva Podcast

FESTIVAL DE MÚSICA

Trabalho escravo no Lollapalooza

Fiscalização feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego em São Paulo resgatou cinco trabalhadores que prestavam serviços para o festival de música Lollapalooza, que aconteceu entre o dia 24 ao dia 26, em São Paulo. Segundo o ministério, os cinco trabalhadores resgatados prestavam serviços de logística de bebidas para o festival e estavam em regime de informalidade, dormindo no chão ou sobre pallets (estrados) de bebidas, sem energia elétrica, colchão e sem receber equipamentos de proteção individual (EPIs). Eles foram contratados como carregadores pela empresa Yellow Stripe, uma empresa terceirizada contratada pela



Time For Fun, que organiza o Lollapalooza no Brasil, e receberiam R\$ 130 por dia de trabalho, mas acabaram sendo vítimas de jornadas extenuantes, que chegavam a 12 horas por dia. Outros festivais também empregaram trabalho escravo, como os 93 resgatados que vendiam cerveja

e refrigerante aos frequentadores do Rock in Rio em setembro de 2013. Ao contrário do que aconteceu com vinícolas como Aurora, Garibaldi e Salton, no caso dos 207 resgatados em Bento Gonçalves (RS), não houve grandes campanhas pregando o boicote ao Lollapalooza nas redes sociais.

SEM ACORDO

Volkswagen e trabalho escravo na Amazônia

Na terceira rodada de negociação com o Ministério Público do Trabalho (MPT), realizada no último dia 29, os representantes da Volkswagen do Brasil abandonaram a mesa, afirmando não ter interesse em firmar acordo. As partes discutiam uma possível reparação pela prática de trabalho escravo na Fazenda Vale do Rio Cristalino (também conhecida como Fazenda Volkswagen), no Pará, durante a ditadura. Pelos relatos colhidos durante a investigação, os trabalhadores viviam em situação considerada degradante, sob violência. “De acordo com as investigações,



essas violações incluíam falta de tratamento médico nos casos de malária, impedimento de saída da fazenda, em razão de vigilância armada ou de dívidas contraídas (servidão por dívidas), alojamentos instalados em locais insalubres, sem acesso à água potável e com alimentação precária”, relata ainda o MPT. A

fazenda da Volks tinha 140 mil hectares, área equivalente ao município de São Paulo. Na época a ditadura oferecia subsídios de até 100% no Imposto de Renda para as grandes empresas estrangeiras comprarem terras na Amazônia. O trabalho escravo era empregado, sobretudo, no desmatamento das fazendas.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA
WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

✉ opinioa@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Banqueiros ganham juros e 'arcabouço fiscal' às custas de desemprego e pilhagem do país

Bolsonaro estava prestes a voltar ao Brasil quando fechávamos esta edição. Não por acaso, a data escolhida foi a véspera do aniversário do golpe militar, da ditadura. Ele retorna ainda em meio aos escândalos das joias recebidas de "presente" pelo governo da Arábia Saudita.

Já por aqui, o governo Lula reclama dos juros altos do Banco Central, enquanto prepara um "arcabouço fiscal" para ser

prios empregos, perante a ameaça de uma recessão mundial e de uma economia estagnada e em crise no país. As grandes empresas distribuem dividendos bilionários e remetem lucros para o exterior.

Já as privatizações continuam, como no metrô de Belo Horizonte, sem que o governo Lula faça nada impedi-las. E o país segue cada dia mais subalterno. A Avibrás, empresa do setor de Defesa que tem sua venda negociada a estran-

ha não basta, é preciso mais, enfrentar os banqueiros.

A chamada independência do Banco Central é a forma de torná-lo dependente dos banqueiros de forma absoluta. Por isso, o governo deveria realmente acabar com essa farsa. Mas a dependência dos banqueiros, ainda que mais relativa, continua existindo, mesmo sem isso. Pois toda política econômica é dependente deles. Infelizmente, o governo Lula não rompe com isso.

Se os banqueiros têm a garantia de continuar enchendo os bolsos às custas dos trabalhadores e da pilhagem do país, esses, a depender do governo, vão continuar sofrendo com o desemprego e o trabalho cada vez mais precarizado. A reforma trabalhista, e também da Previdência, que causaram ainda mais desemprego e um verdadeiro extermínio de postos de trabalho e direitos, permanecem sob o beneplácito do governo e dos patrões.

Não vai ser possível lutar pelas reivindicações dos trabalhadores se as suas organizações estiverem atreladas ao governo e à burguesia. Por isso, a classe precisa exigir que as suas entidades, sindicatos, movimentos, sejam independentes dos governos e dos patrões. A classe trabalhadora não pode ter nenhuma confiança no governo Lula-Alckmin, que governa com e para as grandes empresas, os banqueiros, grandes ruralistas e multinacionais.



Haddad em encontro com banqueiros

aprovado no Congresso Nacional, garantindo a banqueiros e capitalistas que o governo, antes de mais nada, vai priorizar os seus lucros e juros, em detrimento da soberania do país, do emprego, do salário, do social.

Enquanto isso, assistimos a cada dia novas denúncias de trabalho escravo país a fora. Ao mesmo tempo, milhões de trabalhadores de aplicativos sobrevivem diariamente no fio da navalha, sem qualquer direito.

Já quem tem carteira assinada, sofre com os baixos salários, a insegurança dos pró-

geiros, o que ameaça não só os 1,4 postos de trabalho, mas um dos poucos setores de ponta que resta num país cada vez mais submisso às multinacionais e aos países ricos.

É PRECISO ENFRENTAR OS CAPITALISTAS, MAS TAMBÉM ESSA POLÍTICA ECONÔMICA

O governo Lula-Alckmin, por sua vez, não mostra disposição de ir a fundo no enfrentamento de questões como o emprego, a renda, os direitos, a terra, etc. A reclamação sobre os altos juros é justa, mas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve apresentar nos próximos dias o chamado novo "arcabouço fiscal", que nada mais é que um dispositivo para substituir o teto de gastos. Resumindo, é manter a prioridade do pagamento dos juros da dívida aos banqueiros, ao invés de se investir nos serviços públicos, na geração de empregos e renda à maioria do povo. Já a reforma tributária, da mesma forma, apenas simplifica um sistema tributário que onera os mais pobres, enquanto garante isenção aos superricos.

TRABALHADORES TEM QUE LUTAR COM INDEPENDÊNCIA DO GOVERNO

A classe trabalhadora precisa se organizar e lutar, não só pela redução dos juros, mas por emprego a todos, com carteira assinada e plenos direitos. Para isso, é necessário reduzir a jornada para 30h, para que todos que precisam possam trabalhar. E se ainda houver desemprego, que se reduza mais. E enquanto isso, garantir um salário mínimo a todos os desempregados ou subempregados.

UM PROGRAMA DOS TRABALHADORES

Ao invés de um salário mínimo que mal compra duas cestas básicas, defendemos a duplicação do salário mínimo, rumo ao salário mínimo do Dieese, que em fevereiro era de R\$ 6.547,58. Neste mesmo sentido, precisamos lutar também pela revogação integral das reformas trabalhista e previdenciária. Para fazer isso, vai ser preciso enfrentar os bilionários, as multinacionais, os banqueiros, o grande agronegócio e o imperialismo. É necessário acabar com a autonomia do BC, e suspender a dívida aos banqueiros e grandes especuladores. Taxar progressivamente o lucro das grandes empresas e as grandes fortunas. E estatizar os bancos, conformando um banco público que possa, entre outras coisas, garantir crédito aos trabalhadores e às pequenas empresas.

Para mudar de fato esse país, é necessário romper com a dominação imperialista, parar as privatizações e retomar, sob controle dos trabalhadores, todas as empresas privatizadas.

É necessário lutar por um programa dos trabalhadores e avançar numa alternativa revolucionária e socialista, que defenda um governo socialista dos trabalhadores, apoiado nos conselhos populares.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3G4Z3BH](https://bit.ly/3G4Z3BH)

BRASIL COMUNISTA?

Mentiras sobre o comunismo são onde a ultradireita e o stalinismo se encontram

JULIO ANSELMO,
DE SÃO PAULO (SP)

De acordo com uma recente pesquisa do Ipec, 44% da população brasileira acredita que o país pode se tornar comunista. Embora a pesquisa não detalhe o que essas pessoas entendem por comunismo, dado o contexto atual, fica evidente que se trata de um setor influenciado de alguma maneira pelas ideias da ultradireita. Essa corrente ideológica, baseada em muita fake news e deturpação dos fatos, afirma que a eleição de Lula levaria o país ao “perigo do comunismo”. Além disso, defende que todas as desgraças do mundo são culpa do comu-

nismo, por isso, este deveria ser combatido.

Mas não é só Lula que a ultradireita chama de comunista. Grandes capitalistas como George Soros, a Rede Globo e até mesmo o presidente dos EUA, Joe Biden, são “representantes do comunismo”. Ou seja, segundo a teoria da ultradireita, estaríamos vivendo uma curiosa realidade onde os capitalistas que controlam absolutamente tudo, desde as grandes empresas e os bancos até o Estado e os governos, seriam todos eles “comunistas”.

São os bilionários, os governos e os grandes empresários os maiores responsáveis pelo caos social que o povo vive. E, ao contrário do que diz a ultradireita, eles são os

principais agentes do capitalismo. O comunismo não tem nada a ver com isso.

Tampouco Lula é comunista ou quer transformar o Brasil em um país comunista. Lula, na verdade, vem fazendo um governo para gerir o capitalismo com amplas alianças, reunindo vários setores burgueses, a começar pelo seu vice Alckmin e vários dos seus ministros.

Lula não tem nenhum interesse em enfrentar o capitalismo. Pelo contrário, defende medidas para aprofundar o capitalismo brasileiro subalterno aos países ricos, garantindo os lucros dos bilionários. Por isso é o próprio Haddad, do PT, o responsável por conduzir



Para ultradireita, até o bilionário George Soros e o presidente dos EUA, Joe Biden, são “comunistas”.

a política econômica com ajuste fiscal a ser anunciada em breve.

A crise social no Brasil vem aumentando, não por

causa de um suposto comunismo de Lula. Mas sim por que Lula optou por seguir mantendo e aprofundando o capitalismo brasileiro.

NOVOS BURGUESES

Estado e restauração capitalista

Mas como a ultradireita consegue convencer parte da população brasileira de que Lula pode tornar o país comunista? Como prolifera o medo e o rechaço a esse suposto comunismo?

Fica mais fácil entender quando vemos vários setores da esquerda defenderem ditaduras capitalistas como China, Cuba ou Nicarágua, e as identificar como “comunistas” ou “socialistas”.

O ponto de encontro entre a ideia vendida pela ultradireita e desses setores da esquerda, geralmente organizações stalinistas, diz respeito justamente ao grau de participação estatal ou intervenção do Estado na economia e na sociedade. Para os ultradireitistas, todos aqueles que defendem algum tipo de intervenção do Estado na economia ou em questões consideradas da vida “privada”

seriam comunistas. Por isso, vários capitalistas que defendem uma política econômica mais intervencionista são taxados de “comunistas”, embora defendam a intervenção do Estado justamente para tentar salvar o próprio capitalismo.

Assim, países como China, Cuba e Venezuela seriam comunistas. Cabe lembrar, porém, que a intervenção

e a presença do Estado na economia sempre foram uma necessidade do próprio capitalismo. Basta observar a montanha de dinheiro que os governos da Europa e dos Estados Unidos despejaram nos bancos para tentar salvá-los da crise econômica de 2008 (leia páginas 10 e 11).

Mesmo os países em que já houve revoluções socialis-

tas vitoriosas e a burguesia foi expropriada, como China, Cuba e Coreia do Norte, hoje são capitalistas. A restauração do capitalismo ocorreu pelas próprias mãos dos dirigentes e burocratas dos partidos comunistas locais. Atualmente esses dirigentes são burgueses e desfrutam da riqueza produzida pelos trabalhadores.

Diferentemente do que ocorreu na União Soviética, nos anos 1980, os governos de Cuba, China e Coreia do Norte se mantiveram no poder e administram um capitalismo selvagem em suas fronteiras. Combinam uma forte presença estatal com uma enorme superexploração e opressão de seus trabalhadores.

COMUNISMO E SOCIEDADE SEM CLASSE E OPRESSORES

Comunismo não é nada disso do que pregam a ultradireita e os stalinistas. O estabe-

lecimento de uma sociedade comunista é a criação de uma ordem socioeconômica estruturada sob as ideias de igualitarismo, propriedade comum dos meios de produção e ausência de classes sociais e do Estado. É outra forma de organização da sociedade, onde se acabaria com a exploração e a opressão dos trabalhadores e do povo por um punhado de bilionários donos das fábricas, grandes empresas, terras e bancos, que garantem seus altíssimos lucros enquanto a maioria do povo não tem direito a nada. Para alcançar o comunismo e o socialismo, os trabalhadores devem tomar o poder, destruindo esse Estado dominado pelos ricos, expropriando os capitalistas e colocando a produção e a riqueza da sociedade a serviço de todos os trabalhadores.



Ao contrário do que dizem stalinistas e bolsonaristas, a China é um país capitalista.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ZHsRAL](https://bit.ly/3ZHsRAL)

POLÊMICA

O stalinismo e os sindicatos



DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO

No último dia 23 de março, os metroviários de São Paulo protagonizaram uma heroica greve (como você pode ler na página ao lado). Alguns dias depois, o influencer Ian Neves, ligado à Unidade Popular (UP), deu uma entrevista num podcast na qual discorreu sobre a atuação dos “comunistas” no movimento. Primeiro, explicou que os sindicatos “pelegos” são “apaziguadores” e agem segundo os interesses dos patrões, e depois os contrapôs aos sindicatos “classistas”. Diz ele: *“Sindicatos classistas dizem ‘não tem que ter nada melhor que o patrão, o patrão não deveria nem existir. Essa é a luta dos movimentos sindicais, tanto da UP quanto do PCB, que têm muita ingerência no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, e também de BH.’”*

Talvez você não saiba quem é Ian Neves, mas ele é um influencer com certa incidência sobre um público de esquerda na Internet. Essa fala provocou polêmica, porque a UP não tem “ingerência” sobre o Sindicato dos Metroviários, e o PCB praticamente inexistia na categoria. Mas esse caso é interessante para discutir o seguinte: qual papel os stalinistas cumpriram e cumprem no movimento?

STALINISMO E CONCILIAÇÃO

A atuação histórica do stalinismo no movimento nada tem a ver com independência de classe. E isso não é uma



questão de ordem moral, mas o desdobramento de uma estratégia política que orientou essa corrente por décadas.

Desde pelo menos a formulação da teoria do socialismo num só país, ainda em 1924, o stalinismo abandonou a perspectiva do antagonismo entre as classes, tanto no âmbito interno quanto no plano internacional. Mas foi em 1935, no 7º Congresso da Internacional Comunista, que a conciliação se tornou oficialmente uma orientação absoluta para o stalinismo em todos os países. A política de “frentes populares”, uma variação da teoria dos campos progressistas, colocou a necessidade de unir todas as forças democráticas e progressistas. Se nos anos anteriores a Internacional, de forma trágica e ultraesquerdista, negou-se a lutar juntamente com o reformismo para combater o

nazifascismo, o que permitiu sua chegada ao poder, a partir de então passou a defender uma aliança permanente com os setores da burguesia “democrática”.

Isso vai se concretizar, no pós-guerra, com a política de coexistência pacífica da URSS com o imperialismo, aliança com setores burgueses nos países centrais e a burguesia supostamente nacional e anti-imperialista nos países periféricos. E aqui isso se combinou com a concepção etapista da revolução, ou seja, a visão de que seria necessária uma revolução burguesa que desenvolvesse plenamente o capitalismo.

Foi uma política que atrelou os PCs à burguesia, por consequência, sepultou revoluções ao redor do mundo na segunda metade do século 20. E resultou na plena adaptação dos partidos stalinistas à democracia burguesa.

BRASIL

Como a conciliação se apresentou no movimento sindical

No Brasil, a onda de greves operárias do final da década de 1970 culminou num profundo processo de reorganização contra o sindicalismo oficial, os “pelegos”. A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em 1981, reuniu praticamente todas as correntes com atuação nos sindicatos, e foi o primeiro passo para o que viria a ser a CUT.

Na época, Lula era o principal representante dos chamados “autênticos”, vistos como combativos, em contraposição aos pelegos. O próprio Lula vinha da estrutura oficial, mas o projeto de uma central independente e classista era extremamente progressivo naquele momento.

Já as correntes stalinistas (PCdoB, PCB, MR8 etc.) colocaram-se frontalmente contra a independência de classe e o movimento pró-CUT, unindo-se aos pelegos. A tal ponto de quase implodirem esse processo iniciado pela Conclat. Por fim, acabaram rompendo em 1983 e, meses após a fundação da CUT, organizaram o que viria a ser a CGT, juntamente com o maior representante dos pelegos à época, Joaquinzão. Ou seja, em nome de uma política e uma estratégia de alianças com a burguesia, uniram-se ao interventor da ditadura para sabotar o principal movimento classista da história do país.

HERDEIROS

A conciliação nos dias de hoje

Se a CUT, há 40 anos, representava um avanço para a luta da classe trabalhadora, hoje sabemos que não é mais assim. Há muito a central, seguindo a política do PT, abandonou qualquer perspectiva de uma atuação independente da classe em defesa de seus interesses contra a burguesia e os governos. No atual governo Lula-Alckmin, isso aparece de forma ainda mais dramática, tornando-se, no movimento, uma corrente de transmissão direta de um governo em aliança com os patrões.

Mantém-se, mais do que nunca, a tarefa prioritária colocada por Trotsky nesta etapa do capitalismo, onde os sindicatos expressam, por vários meios, os interesses do imperialismo e não da classe. De acordo com ele, deve-se lutar “pela independência

total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista” (Sobre os Sindicatos, 1940). Hoje, a CSP-Conlutas é, apesar de minoritária, o mais avançado polo de independência de classe.

E não é por menos que a UP e o PCB atuam para enfraquecer esse projeto, a exemplo do que fizeram recentemente ao defender a desfiliação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) da CSP-Conlutas. Seguem o fio de uma política de conciliação que atravessou o século e que continua tentando se postar como um obstáculo ao surgimento e fortalecimento de uma alternativa realmente independente e classista.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3JXSTJL](https://bit.ly/3JXSTJL)

DEFESA

Venda da Avibras para empresas estrangeiras

Presidente Lula tem que estatizar a Avibras, caso contrário, vai pactuar com a desnacionalização do país

 DA REDAÇÃO

A revista Veja noticiou, que fontes do Ministério da Defesa teriam revelado, que a empresa Edge Group, dos Emirados Árabes, estaria negociando a compra da Avibras. O site Relatório Reservado publicou que a empresa alemã Rheinmetall também estaria na disputa pela compra.

A Avibras, localizada em Jacareí (SP), é uma das poucas empresas nacionais de grande porte e elevada tecnologia na indústria de Defesa. O Brasil já foi protagonista no cenário industrial global, mas, após a década de 1990, passou por um desmonte da indústria nacional, privatizações e desnacionalização das empresas.

A venda da Avibras avançou nesse processo, bem como, é um ataque brutal à soberania nacional, pois a empresa compradora levaria para o seu país de origem a tecnologia para produção de mísseis, lançadores de foguetes, veículos blindados, bombas inteligentes, sistemas de comunicação por satélite e Veículos Aéreos Não Tripulados. Já o Brasil, se quiser manter seu programa de Defesa, será obrigado a buscar ferramentas e equipamentos no exterior.

ESTATIZAÇÃO DA AVIBRAS

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, filiado à CSP-Conlutas, tem lutado, junto com os operários, em defesa dos empregos e pela estatização da Avibras. A entidade sindical protocolou no último dia 28, pedidos de agendamento de reunião em caráter de urgência para o presidente Lula da Silva e para os ministérios da Defesa e do Desenvolvimento e o Comando do Exército Brasileiro.

A Avibras, localizada em Jacareí (SP), é uma das poucas empresas nacionais de grande porte e elevada tecnologia na indústria de Defesa.

“Estamos cobrando do governo medidas para proibir a venda da Avibras e que ela estatizada. A Avibras é reconhecida mundialmente pelos produtos e sistemas que desenvolve nas áreas aeronáutica, espacial, eletrônica, veicular e de defesa. A venda da principal fabricante de material bélico pesado do país representa grave ameaça à soberania nacional, com perigosa transferência de elevada tecnologia para o capital privado internacional”, afirma Weller Gonçalves, presidente do Sindicato e militante do PSTU.

“Os únicos beneficiários com a venda da Avibras serão a empresa compradora e o acionista majoritário João Brasil Carvalho Leite. Nenhuma das partes está interessada na preservação de empregos e da soberania nacional”, completa Weller.

O presidente do sindicato ressalta que a Avibras é uma empresa construída por gerações de trabalhadores brasileiros e que desempenha papel na redução da dependência externa do país na aquisição de produtos de Defesa. *“Sua sobrevivência não pode, portanto, estar atrelada a decisões do capital privado. Vamos seguir mobilizando os trabalhadores e cobrando do governo Lula a estatização imediata da empresa. Por uma Avibras estatal, sob controle dos trabalhadores”, finaliza.*

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3NPHMPA](https://bit.ly/3NPHMPA)

ENTENDA

8 motivos para Lula estatizar a Avibras

- 1** Com a estatização da Avibras o Brasil voltará a ser protagonista no cenário global na indústria de Defesa. Desde os anos 1990, perdemos relevância, já que passamos por um desmonte da indústria nacional, privatizações e a desnacionalização das empresas.
- 2** O custo para estatizar a Avibras é estimado em R\$ 2 bilhões. O orçamento da área da Defesa para 2023 no Brasil é de R\$ 124,4 bilhões.
- 3** A Avibras é uma empresa lucrativa. Ela acumulou R\$ 1,2 bilhão de lucro líquido na última década, contra R\$ 228 milhões de prejuízo (corrigidos pela inflação), segundo dados da própria empresa.
- 4** A Avibras é a principal fabricante de material bélico pesado do país. Deixá-la ser adquirida por empresas estrangeiras, representa entregar tecnologia, conhecimento e autonomia. Sem falar que isso representa uma grave ameaça à soberania.
- 5** O planejamento estratégico da Defesa Nacional passa pela estatização das grandes empresas do setor, integrando-as aos Institutos Científicos e Universidades Federais. Esse sistema permitiria manter no país a fabricação de caças, armamento pesado, cargueiros militares, navios de guerra, helicópteros de combate, foguetes, mísseis, submarinos, tecnologia aeroespacial e naval, sistemas eletrônicos e sistemas de comando e controle.
- 6** Com a estatização, poderia ocorrer a fusão da Avibras com a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), como parte de um projeto maior de fusão com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e outras. Formando uma poderosa indústria estatal de Defesa. Como estatais, as três empresas poderiam se associar a institutos tecnológicos, como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e mais 300 empresas de menor porte que compõem o complexo industrial militar.
- 7** Com a formação de um complexo industrial de Defesa, os bilhões de dólares programados para o setor de Defesa do Brasil nas próximas décadas levariam à construção de um valioso patrimônio nacional e preservação da soberania do país.
- 8** O complexo industrial de Defesa, geraria novos empregos no setor. Com a estatização da Avibras, 1.400 metalúrgicos, que estão há um ano na luta em defesa dos empregos, permaneceriam em seus postos de trabalho. Se a Avibras for vendida, o futuro desses empregos também estará comprometido.

METROVIÁRIOS DE SÃO PAULO

“Greve fortaleceu a categoria para a luta contra a privatização do metrô”

ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)

Os metroviários de São Paulo realizaram uma forte greve no último dia 23. A paralisação, que ganhou destaque nacional na imprensa, forçou o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) a pagar o abono salarial referente a Participação nos Resultados (PR) referentes aos anos de 2020 a 2022. Um direito da categoria que o governador bolsonarista se recusava a pagar.

A greve também denunciou o processo de precarização e privatização do metrô, iniciado nos governos anteriores e mantido por Tarcísio, e pautou o tema da catraca livre à população.

O **Opinião Socialista** conversou com Narciso Soares, vice-presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e militante do PSTU.

Qual o balanço que você faz da greve?

Narciso Soares - A greve mostrou a força da categoria e quem defende um transporte público de qualidade. Por isso, a greve ganhou o apoio de uma grande parcela da sociedade, pois conseguimos pautar os problemas que os usuários enfrentam todos os dias no metrô e colocamos o governo na defensiva ao propor a liberação das catracas, com acesso gratuito aos passageiros, para que não ocorresse a paralisação. Impactado com a força da greve, o governador assumiu a liberação das catracas, mas depois não cumpriu o acordo, mentindo para a população e para a imprensa. Isso gerou mais revolta, unificou a categoria e fortaleceu a greve. A nossa luta era por um direito da categoria, que não estava sendo cumprido pelo governo. A conquista econô-



mica não foi grande, mas a greve fortaleceu a categoria para a campanha salarial e para a luta contra a privatização do metrô.

A greve sempre é o último recurso que os trabalhadores adotam. Como se deu a construção dessa luta na categoria?

Narciso - Desde o início do ano, o Sindicato vinha tentando negociar essas perdas passadas e a necessidade de contratação de novos trabalhadores, mas o governo seguia intransigente. A partir de fevereiro, a situação ficou mais crítica. Aprovamos estado de greve, seguimos buscando a nego-

ciação, mas o governo não negociou. Chegamos ao nosso limite e tivemos que fazer a greve.

A decisão pela greve sempre é um momento de grande discussão. Como foi esse debate na categoria?

Narciso - Sim, dessa vez não foi diferente. Uma parte da diretoria, a qual me incluo, ligada ao PSTU e à CSP-Conlutas defendeu a greve. Um outro setor da diretoria (Resistência/PSOL) foi contra, junto com ativista da CTB. Apesar da votação ter sido dividida, a greve começou bastante forte. A postura do governador em continuar intransigente, de

mentir para a categoria e para a população deu mais raiva e fortaleceu a unidade da categoria. Por isso, saiu uma greve bem forte, que disputou a opinião pública e mostrou ser uma greve justa, assim como, mostrou que o governador estava ao lado dos grandes empresários contra os trabalhadores e os usuários do metrô.

Pela força e o impacto da greve, vimos setores do stalinismo como a Unidade Popular (UP) mentindo, dizendo que influenciam, junto com o PCB, o Sindicato dos Metroviários. Qual a influência desses setores na categoria?

Narciso - Vi um vídeo de um youtuber dizendo que o PCB e a UP tem influência e um peso grande na categoria, e que graças isso e pela visão que eles têm de sindicato com independência de classe, a greve tinha sido forte. Ele está mal informado. Primeiro, o PCB nem tem atuação na categoria, não tem expressão nenhuma. A UP tem uma expressão muito pequena. Ele também mente quanto ao aspecto da independência de classe, já que a UP fez parte da chapa que disputou o Sindicato com os setores que não defendem a independência de classe (PT e PCdoB). Por isso, o youtuber da UP mente duas vezes. Eles têm influência no Sindicato

e não defendem a independência de classe.

A categoria saiu fortalecida com a greve. Quais são os próximos?

Narciso - Vamos iniciar a campanha salarial, tendo como foco principal a luta contra a privatização do setor de transporte sobre trilhos, que tem levado um grande transtorno à população. As linhas privatizadas bateram recordes de falhas graves com descarrilamento e choques entre os trens, colocando em risco a vida dos usuários. Hoje tem um grande avanço do setor privado dentro da estatal, que impõe projetos que visam seus lucros. A nossa luta vai continuar denunciando e se enfrentando contra este projeto do Tarcísio em São Paulo e, também, do governo federal, já que o presidente Lula está privatizando o metrô de Belo Horizonte. Temos que unir a classe trabalhadora para barrar a entrega de nossas riquezas ao capital privado e lutar pela reestatização das empresas privatizadas, sob o controle dos trabalhadores.

Qual a lição que greve do metrô deixa ao conjunto da classe trabalhadora brasileira?

Narciso - A greve do metrô de São Paulo pode abrir um norte ao movimento. Geralmente, no início de novos governos ainda reina a ilusão de que as coisas podem melhorar, esse período é mais calmo. Quanto ao Tarcísio passava a ideia de um governo de um ultradireita forte, que seria difícil enfrentá-lo. Mas os metroviários mostraram com determinação que é possível lutar e obter conquistas. Assim como, mostramos que devemos confiar em nossa força e organização, com independência de classe frente a qualquer governo e patrões. A nossa greve dá um ânimo e aponta um caminho de luta.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ZT5ZiY](https://bit.ly/3ZT5ZiY)



CONTRA A REFORMA! TODOS ÀS RUAS!

FÁBIO BOSCO,
DA REDAÇÃO

Um levante social toma as ruas, fábricas e escolas em toda a França. O dia 28 de março foi o nono dia nacional de manifestação convocado pelas centrais sindicais.

Três milhões e meio de manifestantes tomaram as ruas de todas as grandes cidades, e inclusive de várias pequenas. Isso equivale a 5% de toda a população do país. Várias vias públicas foram bloqueadas pelos manifestantes. A polícia reprimiu duramente: prendeu e feriu centenas de pessoas. Mas não impediu que a classe trabalhadora demonstrasse quem é que manda nas ruas do país.

Categorias importantes realizaram greves recorrentes desde janeiro, quando a primeira-ministra, Elisabeth Borne, apresentou a proposta de reforma da previdência. E enfrentam governo e patrões que usam as requisições para obrigar os grevistas a retornarem

ao trabalho.

A greve nas refinarias de petróleo deixou 20% dos postos de gasolina desabastecidos total ou parcialmente em todo o país. Nas ruas de Paris, nove toneladas de lixo se acumulam devido à greve dos coletores. Nos transportes, 25% dos ferroviários paralisaram em todo o país, e o principal terminal do aeroporto internacional Charles de Gaulle foi bloqueado por ativistas sindicais. A paralisação de professores e professoras é fundamental para massificar os protestos. Também os estudantes universitários paralisaram 50 universidades e ocuparam algumas delas.

CADÊ A DEMOCRACIA?

Setenta por cento da população rejeita a proposta de reforma da previdência. Ela prevê aumento da idade mínima para aposentadoria de 62 para 64 anos, do tempo de contribuição de 42 para 43 anos, além do fim do regime especial dos ferroviários, eletricitários

e outros setores de funcionários públicos. Os militares ficaram fora da reforma, e poderão se aposentar antes dos demais servidores públicos.

A proposta tem que ser aprovada pela Assembleia Nacional (Câmara dos Deputados de lá) e pelo Senado. Este último aprovou a reforma em 16 de março. Mas o impopular presidente Macron não tinha maioria para aprová-la na Assembleia Nacional e por isso a impôs por decreto.

A maioria da população francesa entendeu a “canetada” como um golpe contra a democracia e a soberania popular, e pressionou a Assembleia Nacional a votar a moção de censura para anular a reforma e derrubar o governo da primeira-ministra Borne. Para surpresa geral, faltaram apenas nove votos.

Isso demonstrou o fracasso da estratégia parlamentar da esquerda burguesa liderada pelo senador Mélenchon, que é seguida pela maioria das

Não dá para esperar que a Intersindical [...] convoque a greve geral por tempo indeterminado. Esse passo terá que ser dado em ação coordenada de delegados sindicais e sindicatos de base sintonizados com a radicalização da luta.

forças de esquerda do país. O caminho para defender o direito à aposentadoria é o da ação direta nas greves operárias, ocupações, bloqueios de vias e manifestações gigantes, construindo organismos de poder operário e popular.

UMA ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

Em paralelo ao levante social contra a reforma da previdência, os imigrantes, em passeata, enfrentaram a polícia em Paris, e manifestantes contra a privatização da água foram

violentamente reprimidos em Sainte-Soline, a 400km a sudoeste do país, com 250 feridos, sendo 40 em estado grave.

Está em curso uma unificação espontânea de diversas lutas sociais contra o presidente Macron e o capitalismo francês.

Surpreendentemente, não há nenhum partido revolucionário que levante a proposta de unificar todas essas ações em uma greve geral para derrubar Macron, formar organismos de poder operário e popular, e lutar para colocar os trabalhadores e as trabalhadoras no poder.

Não dá para esperar que a Intersindical – que reúne centrais sindicais conservadoras como a CFDT e a FO, juntamente com a CGT (que está totalmente dividida) e a combativa União Solidaires – convoque a greve geral por tempo indeterminado. Esse passo terá que ser dado em ação coordenada de delegados sindicais e sindicatos de base sintonizados com a radicalização da luta.

DECADÊNCIA

A crise do imperialismo francês

Essa mobilização extraordinária ocorre em meio a uma crise do imperialismo francês. Exemplo disso é o crescimento de protestos anti-imperialistas nas ex-colônias. Os governos do Mali e Burkina Fasso deram o prazo de um mês para a retirada das tropas francesas que estavam presentes em seus territórios desde 2014. Para substituí-las, estão contratando a milícia privada russa Grupo Wagner.

Outro elemento de crise é o regime político da Quinta República cujo desprestígio aumenta ao ritmo dos ataques às conquistas operárias e populares. Partidos políticos tradicionais – gaullista [direita] e socialista [reformistas] – tiveram votação ínfima nas eleições presidenciais. Macron,

considerado o candidato dos super-ricos, venceu as eleições contra a candidata da extrema-direita Marine Le Pen, recorrendo à xenofobia e à islamofobia para ganhar votos e dividir a classe trabalhadora. Hoje o impopular presidente Macron tem o apoio de apenas 28% do povo francês. A extrema-direita e a esquerda burguesa de Mélenchon se fortalecem eleitoralmente, o que acaba por reincidir na crise do regime como um todo.

Por fim, a invasão da Ucrânia por Putin catapultou a crise do imperialismo francês. Por um lado, a invasão fortaleceu a hegemonia norte-americana sobre o imperialismo europeu e, ao mesmo tempo, provocou uma inflação de alimentos e energia e uma crise

de milhões de refugiados espalhados em todo o continente. Além disso, tanto a extrema-direita de Marine Le Pen e Zémour como a esquerda burguesa de Mélenchon são aliadas de Putin.

Mélenchon lidera a sórdida campanha contra o envio de armas para a Ucrânia, dando as costas à heroica resistência do povo ucraniano que luta, de armas na mão, contra a invasão de Putin. Curiosamente, a organização trotskista ao redor do jornal “Révolution Permanente”, que rompeu com o Novo Partido Anticapitalista (NPA) em junho do ano passado, aderiu à Fração Trotskista (FT), organização que faz a mesma campanha de Mélenchon contra o envio de armas à Ucrânia.

BRASIL

Lula, revogue a reforma da previdência já!

O levante do proletariado francês em defesa do direito à aposentadoria está no centro das atenções da classe trabalhadora em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Em 2019, o governo Bolsonaro e o Congresso Nacional impuseram uma reforma da Previdência, proposta ainda durante o governo Temer, na qual foi extinta a aposentadoria por tempo de serviço e elevada a idade mínima para homens (65 anos) e mulheres (62 anos). Além disso, a nova forma para cálculo dos benefícios reduziu drasticamente o valor destes. Os militares ficaram fora da reforma e continuaram tendo a idade mínima de 55 anos.

A equipe de transição do governo Lula sugeriu manter a reforma de Temer/Bolsonaro e melhorar apenas dois benefícios: pensão por morte e aposentadoria por invalidez. Mas manter a reforma de Temer/Bolsonaro é inaceitável.

Mais da metade da classe trabalhadora está sem carteira assinada, fruto da reforma trabalhista de Bolsonaro. A maioria nunca terá o tempo mínimo de contribuição para se aposentar. E a maioria das aposentadorias é de apenas R\$ 1.302,00. Como sobreviver com esse valor?

A classe trabalhadora deve exigir que Lula revogue as reformas da Previdência e trabalhista, a qual legalizou todo tipo de precarização.

Outra medida necessária é a ampliação dos fiscais do Ministério do Trabalho para multar todas as empresas que contratem sem carteira assinada. A fiscalização deve ser dirigida às grandes e médias compa-

nhias. Além disso, toda empresa envolvida com trabalho escravo deve ser imediatamente expropriada, estatizada e colocada sob controle dos trabalhadores.

Por fim, é necessário aumentar o salário mínimo de verdade. A proposta de reajustá-lo de acordo com a inflação e com o crescimento do PIB é insuficiente. É necessário dobrar o salário mínimo rumo ao valor calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) de aproximadamente R\$ 6.600,00.

Em janeiro, a previdência social completou 100 anos. Representa o maior programa de distribuição de renda do país, muito maior que o Bolsa Família. São 22 milhões de aposentadorias no valor mínimo de R\$ 1.302,00, além de 20 outros importantes benefícios como o auxílio-acidente e o auxílio-doença. Precisamos torná-la acessível a toda a classe trabalhadora.

É preciso estar consciente de que o governo Lula-Alckmin, de amplíssima aliança com os capitalistas, infelizmente não tem qualquer intenção de tomar qualquer uma das medidas propostas aqui.

É preciso ir à luta, como na França, para impedir que os que governam o sistema capitalista arranquem todos os direitos que nós, da classe trabalhadora, conquistamos a duras penas.

Por isso, é preciso exigir que os sindicatos mantenham independência política do governo e da patronal e organizem e unifiquem a luta da classe trabalhadora. É preciso exigir o mesmo das centrais sindicais, que em vez de se atrelarem ao governo e, por tabela, ao grande empresariado, deveriam fazer como a CSP-Conlutas: assumir uma posição de independência perante o governo Lula-Alckmin. E assim, assumir a organização da luta pela revogação das reformas.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3NOHSNO](https://bit.ly/3NOHSNO)

FORA MACRON!



A CRISE NO SISTEMA BANCÁRIO

A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA RECESSÃO MUNDIAL

EDUARDO DE ALMEIDA,
DE SÃO PAULO (SP)

O mundo assiste, com grande preocupação, a evolução da crise no sistema bancário dos países imperialistas. A falência do Silicon Valley, seguida alguns dias depois pela do Signature Bank, nos EUA, acendeu o sinal de alarme.

Logo após, uma “vaquinha” bilionária dos grandes bancos evitou a falência do First Republic. Na Europa, o Credite Suisse faliu e teve de ser comprado pelo SBP, outro grande banco suíço.

Para onde vai essa crise bancária? O que está sinalizando essa crise em relação à evolução da economia mundial como um todo?

COMO COMEÇOU A CRISE

As falências de bancos dessas dimensões acenderam um alerta na economia mundial. O Silicon Valley era o 16º maior banco dos EUA, base financeira para boa parte das startups de tecnologia, e essa foi a maior falência bancária desde a recessão de 2008.

Esse banco tinha aproveitado o momento anterior, com juros baixíssimos para aplicar o dinheiro de seus clientes em títulos do tesouro norte-americano de longo prazo. Esses títulos rendem mais, mas não podem ser resgatados de imediato, sob pena de perder o rendimento. No entanto, o aumento nas taxas de juros dos EUA afetou a economia como um todo. Quando os clientes necessitaram de seu dinheiro, faltou liquidez ao banco, ou seja, não tinham dinheiro para devolver a eles. E novos empréstimos só com juros mais altos, pelo aumento nas taxas. Houve corrida ao banco, que quebrou.

O Credite Suisse era o segundo maior banco da Suíça, e com ele veio abaixo boa parte da credibilidade desse país.

Essas falências impactaram o conjunto do sistema bancário.

Segundo o Financial Times, os bancos dos Estados Unidos, Europa e Japão perderam US\$ 459 bilhões (R\$ 2,4 trilhões) em valor de mercado em março.

Os governos imperialistas reagiram prontamente, despejando bilhões nos bancos para evitar uma expansão incontrollável da crise. Biden bancou todos os depósitos abaixo de US\$ 250 mil do Silicon Valley, e depois garantiu também os acima dessa quantia. O governo suíço concedeu um empréstimo de urgência de US\$ 54 bilhões ao Credite Suisse e depois esteve por trás da operação de compra desse banco pelo SBP.

NADA NORMAL

Nos dias seguintes, aparentemente a situação voltou ao normal. As Bolsas voltaram a crescer, e as mensagens dos governos eram tranquilizadoras.

Mas tudo voltou a explodir novamente com a queda das ações do Deutsch Bank em 14,5%. Apesar de uma recuperação parcial posterior, a solidez do maior banco alemão foi abalada.

Um processo semelhante, com diferenças no tipo de aplicações e alavancagem dos bancos, está acontecendo no sistema bancário mundial. “Os bancos mais fracos dos EUA vêm perdendo depósitos há mais de dois anos para os bancos mais fortes, mas US\$ 500 bilhões foram retirados desde o colapso do SVB em 10 de março e US\$ 600 bilhões, desde que o Fed [banco central dos EUA] começou a aumentar as taxas de juros. Isso é um recorde.”, explica o economista Michael Roberts.

Agora, os governos imperialistas, o FMI, os porta-vozes do capital financeiro asseguram que a estabilidade foi preservada. Isso parece mais uma propaganda interessada que um diagnóstico realista. Na verdade, a crise recém se inicia.

CRISE ATUAL

A curva descendente da economia capitalista

Não se pode entender o que está se passando buscando explicações apenas no sistema financeiro. É preciso relacionar esse processo com a totalidade da economia imperialista e sua curva descendente pós recessão de 2007-2009.

A economia capitalista se desenvolve em ciclos. Existem os ciclos curtos de crescimento, auge e crise, de cerca de oito a dez anos, cadenciadas pela evolução da taxa média de lucros. Quando a taxa de lucros aumenta, existe um novo ciclo de investimentos, e a economia cresce. Depois do auge, quando caem os lucros, os investimentos diminuem e vem a crise, até que um aumento nos lucros permita novo período de crescimento.

Existem também as curvas mais longas da economia, que englobam vários ciclos curtos, gerados ou influenciados por eventos econômicos e extraeconômicos como novas tecnologias, novos mercados, guerras, eventos da luta de classes.

DO AUGE À QUEDA

A última curva ascendente da economia foi o período da chamada globalização nas décadas de 1980 e 1990 do século 20, cuja base foram os planos neoliberais, a restauração do capitalismo nos antigos

estados operários (em particular, na China transformada em “fábrica do mundo”) e a incorporação da computação na produção.

A atual curva descendente se inaugurou com a recessão de 2007-2009. Houve outra grande recessão internacional em 2020, que coincidiu e foi agravada pela pandemia de Covid 19, mas não se resumiu a ela.

Como é característico dessas fases descendentes, temos ciclos curtos com crescimento anêmico da economia imperialista.

Nessa fase descendente da economia capitalista, o crescimento capitalista da China levou ao questionamento de sua localização na divisão mundial do trabalho, levando ao enfrentamento entre o país e os EUA.

DESPEJANDO DINHEIRO

A política dos governos imperialistas, para evitar que as recessões internacionais de 2008 e 2020 se transformassem em depressões, foi injetar somas brutais de dinheiro público para salvar as grandes empresas e os bancos em particular. Nunca na história se gastou tanto dinheiro público para salvar o grande capital.

Isso teve duas grandes consequências, presentes nos dias de hoje, que condicionam a evo-

lução da economia mundial.

A primeira é o gigantesco endividamento dos governos, das empresas e das pessoas. A dívida global passou de 278% do PIB global em 2007 para o recorde de 349% do PIB em 2022. Isso significa US\$ 300 trilhões de dívida global, cerca de US\$ 37,5 mil para cada pessoa no mundo.

O endividamento dos governos é enorme, tendo a média global passado de 76% em 2007 para 102% em 2022. Como sempre, esse endividamento vai terminar por ser cobrado dos trabalhadores, sob a forma do rebaixamento salarial e precarização do trabalho e dos serviços públicos. Vários países semicolônias estão à beira de explosões, como Egito, Zâmbia, Turquia.

A segunda questão é que não ocorreu a queima do capital velho, com a falência das empresas de menor taxa de lucros, o que é típico das grandes crises. Com as gigantescas operações de salvamento das empresas, além das taxas de juros baixíssimas nos países imperialistas, um grande número de “empresas zumbis” se mantém artificialmente à beira da falência.

Agora isso está em questão, com o aumento das taxas de juros nos países imperialistas.

HORIZONTE

A política da grande burguesia para recompor as taxas de lucros

Mesmo no marco da curva descendente da economia mundial, a burguesia está buscando recompor uma nova fase ascendente. É preciso reconhecer que tem obtido vitórias nesse sentido.

É um fato que existem avanços tecnológicos que já estão sendo incorporados à produção, como a indústria 4.0, a inteligência artificial, a rede 5G e os carros elétricos.

É também muito significativo que a burguesia mundial se aproveitou da pandemia para impor um retrocesso nas condições de vida dos trabalhadores. Existe um rebaixamento salarial e precarização das relações de trabalho (com a terceirização e a uberização) e um forte aumento do desemprego. Existe um enorme exército industrial de reserva, e mesmo os trabalhadores empregados vivem muitas vezes na miséria.

Essas duas condições (avanço na técnica e rebaixamento dos salários dos trabalhadores) favoreceriam a burguesia

para tentar chegar a uma nova fase ascendente da economia mundial.

OBSTÁCULOS

No entanto, dois outros elementos seguem sendo obstáculos importantes para isso.

O primeiro é a taxa média de lucros, que ainda segue sendo baixa, aquém das necessidades da burguesia para uma nova fase ascendente. Apesar dos setores de ponta alcançarem superlucros, isso ainda não alcança a média de conjunto da economia imperialista, para relançar a economia.

O segundo é a realidade da luta de classes. A burguesia necessita impor novas derrotas aos trabalhadores, para garantir uma estabilidade que permita essa nova fase ascendente. E existem problemas para isso, incluindo divisões importantes da própria burguesia, presentes tanto nos países imperialistas como semicoloniais. Desde Biden x Trump, Macron x Le Pen, até Lula x Bolsonaro, Petros x Uribe, Boric x Piñera etc..

As consequências da combinação entre essas tendências e contratendências se manifestam na instabilidade atual da economia e da luta de classes mundial. A crise atual na França após a imposição de Macron da reforma da previdência e as crises políticas recorrentes na América Latina são expressões dessa realidade.

O MOMENTO ATUAL NA CURVA DESCENDENTE

Como dizíamos, os períodos de crescimento da economia nos ciclos curtos da curva descendente têm um caráter anêmico. Mas no último trimestre de 2022, houve uma desaceleração importante nos países imperialistas.

O PIB nos EUA cresceu apenas 0,7%, vindo de 5,4% no último trimestre de 2021. A zona Euro teve crescimento de 0%, incluindo -0,4% na Alemanha, -0,1% na Itália, 0,1% na Inglaterra e 0,1% na França.

O que está por trás disso é que a taxa de lucros das grandes empresas imperialistas

está caindo. Segundo Michael Roberts, a taxa de lucros nos EUA está caindo desde o terceiro trimestre de 2022.

Um dado extremamente significativo é que as “Big Techs”, as cinco grandes empresas de tecnologia dos EUA (Apple, Microsoft, Alphabet, Meta, Amazon), apresentam queda em suas taxas de lucro e estão demitindo funcionários em larga escala. O setor de ponta, que consegue superlucros na fase ascendente, apresenta queda em seus lucros.

Isso sinaliza a possibilidade de uma nova recessão da economia mundial.



Trabalhadores franceses lutam contra Reforma da Previdência

IMPERIALISMO

Os bancos centrais aumentam as taxas de juros, e explode a crise

Agora podemos voltar para a análise da crise financeira mundial. O imperialismo tem neste momento um grau brutal de parasitismo, com grandes bolhas financeiras em todos os países do mundo.

Enormes montanhas de capital fictício (que não tem origem direta na produção) sugam a mais-valia extraída dos trabalhadores e a transferem para as mãos de um punhado de fundos financeiros imperialistas. Isso funciona como gigantescas pirâmides financeiras que amplificam os lucros em momentos de ascensão do capital.

Mas quando, na base da economia, a taxa de lucros cai, pode se precipitar uma crise financeira, que amplifica também os prejuízos, aprofundando

É simbólico que a primeira falência tenha sido do Silicon Valley, um banco médio dos EUA, estreitamente relacionado às empresas de tecnologia.

do as crises. É essa a possibilidade que está no horizonte, caso uma nova recessão mundial se concretize.

Depois da última recessão mundial e, em particular, depois do início da guerra na Ucrânia, instalou-se uma inflação persistente nos países imperialistas.

Isso terminou ocasionando uma mudança importantíssima na política dos governos imperialistas. Até então os ban-

cos centrais vinham aplicando uma taxa de juros negativa (abaixo da inflação), para combater os efeitos das recessões. Desde 2022, para enfrentar a inflação, passaram a usar o receituário clássico da economia burguesa, que é o aumento na taxa de juros.

Nos EUA, a taxa aumentou de 0,25% em 2022 para 5% atualmente. O Banco Central Europeu aumentou as taxas de -0,5% em 2022 para 3% atualmente.

A combinação entre o aumento na taxa de juros e a queda na taxa de lucros foi o detonante da crise bancária atual. É simbólico que a primeira falência tenha sido do Silicon Valley, um banco médio dos EUA, estreitamente relacionado às empresas de tecnologia.

TENDÊNCIAS

Quais são as perspectivas?

A reação dos governos, voltando a despejar bilhões de dólares públicos para salvar os grandes bancos, expressa a continuidade da política mundial imperialista. No entanto, existe uma enorme contradição entre o aumento nas taxas de juros e a atual crise bancária. O Federal Reserve (Banco Central dos EUA) e o Banco Central Europeu mantiveram a tendência de alta dos juros neste mês de março, mesmo em meio à crise bancária. Vão seguir nesse caminho, mesmo no caso de novas falências?

Nada assegura que a crise nos bancos será estancada, mesmo que se reverta o aumento na taxa de juros. Existe um problema de fundo na base da economia, que é a queda na taxa de lucros das grandes empresas. As pirâmides financeiras estão sendo abaladas.

A queda na taxa de lucros aponta para a possibilidade de uma nova recessão no horizonte. Seria a terceira recessão mundial, depois das de 2007-2009 e de 2020. Mas trata-se de uma possibilidade, não de uma certeza.

A tendência mais provável é que as contradições se aprofundem, mesmo na ausência de uma recessão internacional. Já existem crises instaladas nos governos dos países semicoloniais pelo endividamento atual. Quais países vão explodir com essas taxas de juros? Quais as consequências na luta de classes, à semelhança do que já está ocorrendo na França?

Como dizíamos no início do artigo, parece que a crise recém começa.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3G4OH9Q](https://bit.ly/3G4OH9Q)

AQUECIMENTO GLOBAL

Cientistas preveem que Terra atingirá limite na próxima década



JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

O IPCC lançou no último dia 20, o sexto relatório de avaliação sobre as mudanças climáticas. O documento do órgão científico que assessora a Organização das Nações Unidas (ONU) é uma síntese de outros documentos que foram publicados em mais de uma década. Estranhamente, a divulgação não ganhou a devida repercussão na imprensa mundial, apesar do seu forte senso de urgência, face o aceleração do aquecimento global.

Mais uma vez o IPCC constata: as emissões de gases de efeito estufa causaram “inequivocamente o aquecimento global”, e hoje a temperatura da superfície global é 1,1°C acima da média do período pré-industrial, entre 1850 a 2020.

Mas não é só isso, nos últimos 50 anos a temperatura da superfície global aumentou mais rapidamente do que os últimos 2000 anos. Outro dado assombroso: apenas nos últimos 30 anos (1990-2019), foram lançados na atmosfera 42% de todas as emissões de gases de efeito estufa (GEE), desde 1850. Ou seja, apesar das inúmeras conferências ambientais e climáticas

realizadas nesses três décadas (da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, até a última COP, realizada no Egito em 2022) houve uma aceleração enorme de emissões de GEE na atmosfera. Em 2019, as concentrações atmosféricas de CO₂ somavam 410 partes por milhão, os maiores já registrados pelo menos nos últimos 2 milhões de anos.

SOCIALISMO OU BARBÁRIE

Capitalismo e os limites para a transição energética

A ciência é unânime: a instalação de novas fontes de energia limpa é o único caminho para limitar a temperatura abaixo dos 2°C. Mas isso exige uma transformação urgente, revolucionária e inédita do fornecimento de energia em escala global, na qual as emissões globais de CO₂ teriam de ser reduzidas em cerca de 7% a cada ano até 2050. Atualmente, cerca de 35 bilhões de toneladas são emitidas por ano na atmosfera.

O problema é que, sob o capitalismo, a transição energética não passa de uma farsa e não vai deter a catástrofe que

O relatório ainda conclui que o aumento exponencial e incontável da temperatura média global vai ultrapassar os 1.5°C acima dos níveis pré-industriais ainda na década de 2030. Esse foi o limite traçado pelo Acordo de Paris, que recomenda limitar a média de temperatura global em 1.5°C.

Manter a temperatura média da Terra em até 1,5 °C significaria administrar as mudanças climáticas um pouco mais severas do que se apresentam hoje. Convém lembrar que, em toda a sua história, a humanidade nunca enfrentou um aumento da temperatura média global como este. Acima de 2°C já pode significar um passo para acionar pontos de ruptura do sistema Terra e

poderia ameaçar inúmeras cidades costeiras. Já uma elevação de 3°C condenaria muitos sistemas naturais da biosfera ao colapso, e as cidades costeiras desapareceriam.

Pontos de ruptura são um limiar crítico além do qual um sistema se reorganiza de forma irreversível, retroalimentando o aquecimento global. A Amazônia, por exemplo, pode chegar a um ponto de não retorno com a degradação da floresta, despejando mais CO₂ na atmosfera e retroalimentando o aquecimento do clima. Outro ponto de não retorno é o descongelamento do permafrost, um tipo de solo permanentemente congelado que tem potencial de liberar o dobro de carbono que atualmente existe na atmosfera.

PONTO DE NÃO RETORNO

Vamos superar a barreira dos 1.5°C na década de 2030

ACELERAÇÃO

Mudanças são rápidas e generalizadas

O relatório reconhece que já estão ocorrendo mudanças generalizadas e rápidas na atmosfera, oceano, criosfera e biosfera. O nível médio do mar global, por exemplo, aumentou 0,20 cm entre 1901 e 2018. Pior ainda: a taxa média de aumento do nível do mar tem acelerado: foi de 1,3 mm por ano (entre 1901 e 1971), para 3,7 mm/ano, entre 2006 e 2018.

Entre 2010 e 2020, o relatório estima que a mortalidade humana por inundações, secas e tempestades foi 15 vezes maior em regiões altamente vulneráveis, em comparação com regiões com vulnerabilidade muito baixa.

que intensificam a exploração de petróleo e gás, promovem o desenvolvimento de novas fontes energéticas e uma corrida imperialista para garantir o fornecimento de matéria-prima para um futuro muito próximo.

Não há futuro com o capitalismo. Para deter a catástrofe ambiental que bate à porta e ameaça toda a civilização, a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista e ecologicamente equilibrada se faz imprescindível.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3M3FZHM](https://bit.ly/3M3FZHM)

NOVO ENSINO MÉDIO

Não queremos “aperfeiçoar”! Lula, revogue o NEM já!

MANDI COELHO,
DA REDAÇÃO

Da última edição do Opinião para cá, já tivemos dois dias nacionais de luta pela revogação do chamado Novo Ensino Médio (NEM). A voz dos estudantes e professores do país inteiro ecoou em fortes mobilizações. A pressão sobre o governo Lula é grande. Ele disse que a reforma “não vai ser do jeito que está”, mas não considera revogar. Parecido com o que o ministro da Educação, Camilo Santana, tinha dito sobre aperfeiçoar os pontos negativos do NEM.

O argumento de que tem partes que poderiam melhorar mascara que não se trata de poucos pontos ruins que podem ser alterados, mas de um projeto cujo cerne é a concepção do momento do imperialismo e da burguesia para a educação. É por isso que o NEM é a “reforma trabalhista da educação”. São ataques combinados e, portanto, devemos seguir exigindo de Lula a revogação de todas as reformas!

QUAIS OS ARGUMENTOS DOS DEFENSORES DO NEM?

Os defensores do NEM dizem que estão preocupados com a escola não ajudar os jovens a conseguirem emprego, nem resolver o problema da pobreza. A situação de desemprego é de fato alarmante. Mas em 2022, a FGV Social publicou uma pesquisa que mostra que nos últimos dez anos no país houve um aumento de 27% nos estudos da população mais pobre, mas ainda assim a renda tinha diminuído em 26,2%. Se o desemprego e a pobreza fossem só um problema de acesso à educação, não seria este o cenário do país.

Também dizem estar preocupados com a evasão escolar. É um problema grave

que piorou muito da pandemia para cá. Mas na pandemia, a burguesia, os empresários da educação e os governos deixaram os jovens pobres e trabalhadores por sua própria conta e risco. Aproveitaram o caos no país para instituir o ensino a distância, com o discurso de que isso modernizaria a educação. No entanto, o que vimos foi o aprofundamento da desigualdade social.

O discurso da modernização também aparece agora para justificar o NEM. Defendem a educação dos EUA e de outros países, e dizem que o Brasil é um país atrasado na educação. Isso é verdade, mas por quê? Em parte porque ocupamos uma posição mundial, que é a de ser um país que se subordina aos planos do imperialismo. Somos exportadores de commodities, e não um país ponta de lança na indústria e no desenvolvimento tecnológico, por exemplo. E não é justamente essa burguesia, sócia menor do imperialismo, para quem Lula governa sendo também responsável por isso, que nos trouxe até aqui?

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA!

Por mais que finjam estar preocupados com a juventude, sabemos que de fundo os interesses deles envolvem muito dinheiro. Com o NEM, parte do currículo das escolas passa a poder ser dado pelas empresas. Não à toa, dos bancos à Fundação Lemann, estão todos juntos dentro do governo debatendo os planos para educação. Se isso se efetivar, provavelmente será um dos primeiros projetos de privatização de uma educação básica que ainda é amplamente pública no Brasil. Um lugar em que os tubarões da educação, que até agora têm ganhado rios de dinheiro com as universidades particulares, querem entrar. Não aceitaremos!



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3LUOYF6](https://bit.ly/3LUOYF6)

POR UM MOVIMENTO ESTUDANTIL INDEPENDENTE!

UNE e Ubes são capazes de lutar contra o NEM estando dentro do governo?

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) têm chamado mobilizações estudantis pela revogação do NEM. Isso é importante, e o movimento estudantil deve mobilizar o máximo de jovens para lutar. Só que muitos dos que são dessas entidades, ou que fazem parte da União da Juventude Socialista (UJS) e da juventude do PT, ala majoritária da UNE e da Ubes, estão ocupando cargos dentro do governo. A própria presidente da UNE, Bruna

Brelaz, faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Mas se a posição do governo é pela não revogação, como então essas entidades serão capazes de mobilizar os estudantes para lutar contra a medida de um governo do qual eles próprios estão fazendo parte? O Rebeldia tem levantado a bandeira da independência do movimento estudantil frente aos governos, e essa é uma reivindicação necessária, se queremos ser vitoriosos na revogação do NEM.

OUTRO PROJETO

Queremos uma educação socialista num Brasil socialista!

A revogação do NEM é urgente para lutarmos contra a desigualdade social e a mercantilização da educação. Com o NEM, a escola vai ficar mais subordinada aos interesses do capital, mas igualmente é fato que a escola antes também era desigual e atendia às necessidades do capitalismo. Conheça o Rebeldia e nos ajude a levar adiante a luta por uma escola que não esteja presa às amarras do capitalismo!

DITADURA NUNCA MAIS

A verdade sobre a ditadura militar

DA REDAÇÃO

Há 59 anos no Brasil os militares promoviam o golpe que derrubou o então presidente João Goulart e impôs uma ditadura que durou mais de 20 anos. Atualmente todos sabem que o golpe foi orquestrado pelo embaixador dos Estados Unidos, empresários e políticos do Congresso Nacional.

Hoje é importante desmascarar a falsa imagem que alguns tentam passar da ditadura militar, como se esta tivesse sido um regime de defesa da pátria, incorruptível, de paz, ordem e tranquilidade. O regime instaurado pelo golpe de 1964 se caracterizou desde o começo por

mil brasileiros foram forçados a deixar o país, e tiveram que viver no exílio em algum momento.

GOLPE FOI PARA CALAR A VOZ DOS TRABALHADORES E SUBORDINAR O PAÍS

O motivo do golpe era aplacar a grande efervescência das lutas que brotavam entre operários, camponeses e soldados. Nos anos anteriores a 1964, crescia a organização e a luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho.

A classe operária lutava e na maioria das vezes conseguia arrancar dos patrões aumentos salariais e direitos. Entre 1961 e 1964 quadruplicou o número de greves econômicas nos serviços e na indústria. Os grevistas chegaram a 5,6



ralização, conhecida como a greve dos 700 mil, resultado da unificação de várias campanhas salariais de diversos setores operários.

No campo, as Ligas Camponesas organizavam os trabalhadores rurais em sindicatos, sobretudo no Nordeste. Forçavam os coronéis e grandes proprietários de terras a respeitar os direitos trabalhistas e conquistavam a reforma agrária com a sua luta.

Até mesmo dentro das Forças Armadas havia lutas. Muitos soldados e oficiais de baixa patente apoiavam as lutas operárias e camponesas e também começavam a participar da vida política do país, algo que era (e ainda é) exclusivo apenas aos grandes comandantes e generais.

Antes do golpe, marinheiros se revoltaram contra o alto-comando da Marinha, amotinando-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Eles exigiram o reconhecimento de sua associação, a melhoria da alimentação e que nenhuma medida punitiva fosse tomada contra os que ali estavam. Fuzileiros navais foram enviados para reprimir a revolta, mas se juntaram aos amotinados.

Todo esse cenário efervescente foi tremendamente assustador para a burguesia brasileira e o imperialismo norte-americano. Era preciso dar uma basta e acabar com as liberdades democráticas, como o direito de greve, fechar sindicatos, impor a censura, prender e torturar aqueles que se opusessem ao regime dos militares.

TORTURA E ASSASSINATOS

Muita gente foi presa e assassinada sob a ditadura. Estima-se que só no campo brasileiro 1.196 camponeses e mais de 8 mil indígenas foram assassinados pela repressão, segundo relatório final da Comissão Camponesa da Verdade de 2014. Centenas de

militantes de esquerda e jovens ativistas estudantis também foram assassinados. Até mesmo intelectuais que não representavam perigo algum aos militares foram mortos, tal como Anísio Teixeira, personagem central na história da educação no Brasil.

O "MILAGRE ECONÔMICO" E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR

Sob a ditadura, os militares favoreceram as multinacionais, as montadoras de veículos e provocaram um enorme endividamento externo com os grandes bancos estrangeiros. O tal "milagre econômico" foi sustentado na base da repressão e enorme exploração. Prometiam crescimento e "divisão do bolo", mas para os trabalhadores sobraram mesmo os efeitos da crise econômica do final dos anos 1970. A dívida externa explodiu, assim como a inflação. Quem viveu naquela época sabe muito bem o que foram a carestia, o desemprego e a inflação galopante.

A crise levou os operários, os estudantes e os camponeses a retomarem a luta contra o regime. As greves operárias do ABC paulista são um dos episódios mais importantes desse momento. Em 1983-1984 a campanha pelas Diretas Já arrastou multidões às ruas de todo o país. Os militares não conseguiam mais governar, e a ditadura acabou.



Famílias de desaparecidos políticos

uma repressão generalizada. Lideranças sindicais, camponesas e estudantis foram presas, torturadas e assassinadas. Cerca de 10

milhões, o que foi o maior ascenso grevista da história do país até então. Em outubro de 1963 ocorreu uma grande pa-

POR BAIXO DOS PANOS

Na ditadura, corrupção correu solta

A ditadura que teve por objetivo garantir os lucros dos grandes grupos capitalistas promoveu um dos períodos mais corruptos da nossa história. Daquele período surgiu gente como Maluf, Collor, Antônio Carlos Magalhães, Delfim Netto e muitos outros que se tornaram corruptos notórios. Foi a época da farra das empreiteiras, já que a ditadura promovia obras faraônicas para todo lado que se tornaram fonte inesgotável de propinas e superfaturamentos. A diferença é que a censura à imprensa e a repressão impediam que a corrupção viesse à tona e fosse noticiada. Quem ousasse fazer isso poderia ser assassinado.

ANISTIANDO CRIMINOSO

Impunidade abriu espaço para ultradireita

A Argentina e o Uruguai também viveram sanguinárias ditaduras militares nos anos 1970. Mas nesses países, gerais e torturadores foram julgados e presos pelos seus crimes. No Brasil, infelizmente, a história foi

diferente. Por aqui as elites pactuaram para ocultar os crimes dos militares. A Lei de Anistia promulgada em 1979 por João Baptista Figueiredo, o último general que ocupou o poder, anistiou todo e qualquer cidadão

que pudesse ser considerado criminoso no período militar, incluindo oficiais e torturadores.

Ao lado disso, nenhum governo que se seguiu ao processo de redemocratização, mesmo os do PT, atuou

para abrir os arquivos da ditadura e punir torturadores e militares. O resultado é que os crimes daquele período não foram expiados, a barbárie não veio ao conhecimento do grande público. Assim, as Forças Armadas



Tanques nas ruas do Rio de Janeiro em 1º de abril de 1964.



BOLSONARISMO

O projeto político dos militares hoje

Durante o governo Bolsonaro, as Forças Armadas comemoraram abertamente o golpe de 1964. Até hoje nas escolas militares se ensina que o golpe de 1964 foi uma “revolução” em “defesa da democracia”. Torturadores, como Brilhante Ustra, são tratados como heróis.

Os generais que estiveram na linha de frente do governo Bolsonaro foram promovidos pelo PT e passaram em sua maioria pela ocupação do Haiti, tal como foi o caso do general Heleno. Sob Bolsonaro, mais de 8 mil militares ocuparam cargos no governo, rece-

bendo benesses e desfrutando de privilégios. Esses militares defendem ideias ultraliberais e conservadoras, como a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, tal como mostrou o documento “Projeto de nação, o Brasil em 2035”, assinado pelos institutos Villas Boas, Sagres e Federalistas. Além disso, consideram a legislação ambiental e de proteção aos indígenas como um obstáculo ao agronegócio e à mineração. “[É preciso] remover as restrições da legislação indígena e ambiental, que se conclua serem

radicais, nas áreas atrativas do agronegócio e da mineração”, diz o documento publicado pela imprensa em 2022.

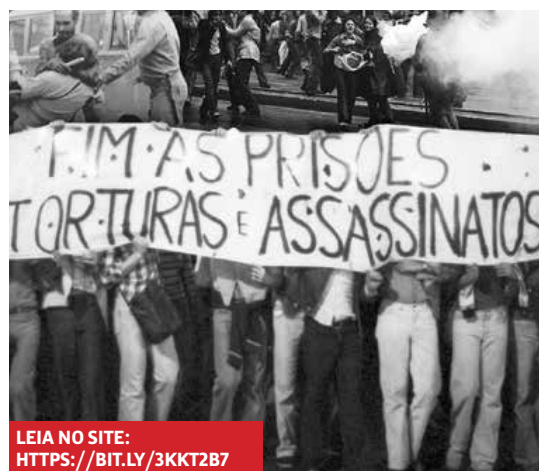
Mas os militares sabem que apenas uma ditadura pode viabilizar seu projeto de extrema-direita. Por isso apoiaram Bolsonaro e, com ele, fizeram ameaças permanentes às liberdades democráticas. Só não conseguiram dar um golpe porque não tinham o apoio nem do imperialismo norte-americano, nem da maioria da burguesia. Mesmo assim, os comandantes militares apoiaram implicitamente a tentativa de golpe do dia 8 de janeiro.

e sua cúpula saíram incólumes em meio a tantos crimes e sangue. É por isso que até hoje se intrometem na política do país, acreditando ser um “poder moderador”.

Como se não bastasse, a Constituição de 1988 carrega um entulho autoritário negociado com os militares que é o artigo 142. Na interpretação dos militares, o artigo lhes confere um “poder moderador”, estando assim acima dos três poderes da Re-

pública, para “garantir a lei e a ordem”.

Se os crimes da ditadura tivessem sido passados a limpo, com oficiais militares levados a julgamento e condenados, certamente não veríamos Bolsonaro e sua corja fazendo elogios a torturadores e assassinos. E seria muito difícil que generais das Forças Armadas tivessem assumido o protagonismo político e ideológico que desfrutaram nos últimos anos.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3KKT2B7](https://bit.ly/3KKT2B7)

SEM ANISTIA PARA GOLPISTA!

História precisa ser passada a limpo



Mais do que nunca é preciso abrir todos os arquivos da ditadura, exigir punição exemplar para agentes do Estado que cometeram crimes como prisões arbitrárias e torturas. Punir os repressores do passado é fundamental para lutar contra os repressores de hoje e de amanhã, uma necessidade para defender as organizações operárias e popula-

res. Enquanto a história não for passada a limpo, a ultradireita vai continuar levantando a cabeça para defender a ditadura militar.

É necessário também punir todos os militares que, sob o governo Bolsonaro, cometeram crimes, tal como o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde que usou a população como cobaia para

testar a tese anticientífica de imunidade de rebanho.

É preciso punir exemplarmente toda a cúpula das Forças Armadas que esteve envolvida ou foi conivente com a tentativa de golpe. Não podemos mais tolerar os grandes acordões que marcam nossa história e resultaram em impunidade para os criminosos.

É preciso fazer o que não foi feito com a derrubada da ditadura: não dar anistia para nenhum golpista, defensor de ditadura e de torturadores, além de varrer o entulho autoritário da Constituição. Por isso, mais do que nunca, neste 31 de março precisamos entoar em alto e bom som o slogan “Sem anistia pra golpista!”.

EM TEMPO

Anistia para os perseguidos pela ditadura!

Bolsonaro tentou acabar com a Comissão da Verdade e a subordinou a Damare Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. Muitos pedidos de reparação foram indeferidos pelo colegiado. Agora, às vésperas do aniversário do golpe, no próximo dia 30, a Comissão volta a se reunir. Na pauta do colegiado está a revisão de julgamentos realizados na gestão Damare. Defendemos anistia para todos os perseguidos pela ditadura. É preciso lutar por justiça, memória e reparação.

PEC DAS DOMÉSTICAS

Dez anos após lei, maioria ainda trabalha sem carteira assinada



TRABALHO DOMÉSTICO, UMA HERANÇA COLONIAL BRASILEIRA. Acima Ilustração de Debret chamada “Um jantar Brasileiro”, de 1827, abaixo ilustração publicada na revista Le Mond Diplomatique, de agosto de 2015

ÉRIKA ANDREASSY,
DA SECRETARIA
NACIONAL DE
MULHERES DO PSTU

No dia 2 de abril de 2013 foi promulgada a Emenda Constitucional 72, que assegura direitos trabalhistas básicos às domésticas. Contudo, passados dez anos da legislação que ficou conhecida como PEC das domésticas, três a cada quatro empregadas no setor ainda atuam sem carteira assinada. Isso demonstra a hipocrisia do sistema capitalista e da burguesia brasileira, de não assegurar sequer as conquistas obtidas na legislação.

INFORMALIDADE E BAIXOS SALÁRIOS

Em que pese a importância da lei, por reconhecer as do-

mésticas como trabalhadoras com direitos, sua conquista ainda segue sendo um sonho para a maioria. Nos últimos dez anos, a informalidade no setor não apenas se manteve, como inclusive aumentou. Em 2013 o grupo de empregadas sem carteira assinada representava 68,4% do total, em 2023 perfazem 78,4%.

A informalidade se reflete também nos salários. Historicamente, a remuneração das domésticas é inferior a outras ocupações, mesmo as que contam com uma participação grande de mulheres. No último trimestre de 2022, a renda média da categoria foi estimada em R\$ 1.087,00, abaixo do salário mínimo vigente, que era de R\$ 1.212,00. Entre as empregadas sem carteira, a renda foi ainda menor: R\$ 944,00.

RAIO X

Herança patriarcal e racista

O Brasil tem a maior população de trabalhadoras domésticas do mundo, são 5,9 milhões, quase três empregadas para cada grupo de 100 habitantes. Se organizasse um encontro de todos os seus trabalhadores domésticos, o Brasil reuniria uma população maior que a da Dinamarca, composta majoritariamente por mulheres negras.

Trata-se de uma herança “típica” do passado escravo-

crata do país. As marcas dessa herança, e a apropriação que o capitalismo fez dela, estão em todos os lugares. Não por acaso a maioria do setor é composta por mulheres (92%) e negros (60%). Entre as mulheres a proporção é ainda maior: 65,3% das mulheres nessa ocupação são negras, percentual que se amplia com a informalidade, alcançando 66,4%.

Os relatos de violência tam-

bém são frequentes na categoria. O próprio caráter da atividade, no interior das casas e escritórios, cria condições para que o machismo se manifeste. Segundo a presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas da Bahia, Cleusa Maria de Jesus, “tapas, empurrões, braços e pernas quebradas” são comuns. Isso sem falar no constante assédio moral e sexual.

REALIDADE

Conquistas legais são importantes, mas não bastam

As conquistas legais, quando ocorrem, constituem uma vitória da organização e luta dos trabalhadores. No caso das domésticas, significou um passo importante na batalha por reconhecimento. Mas, como é típico do sistema capitalista, a conquista de uma lei não garante que ela seja implementada, e isso só ocorre se houver pressão. Nesse sentido, não só a informalidade e a precarização são inversamente proporcionais

à organização e sindicalização de trabalhadoras e trabalhadores, como esses dez anos de PEC das domésticas demonstram que, no marco do capitalismo, nossas lutas não acabam quando uma lei é conquistada. Ao contrário, elas recém se iniciam, pois, uma vez obtida a conquista legal, é necessário seguir batalhando para fazer valer e ampliar os direitos.

Essas lutas são fundamentais para melhorar nossas con-

dições de vida e, no caso dos setores oprimidos, parte do combate permanente contra o machismo, o racismo e toda forma de opressão, e de fortalecer os oprimidos da nossa classe. Somente com a superação do sistema capitalista de exploração e opressão e a construção de uma sociedade socialista, poderemos avançar para pôr fim definitivamente a essas marcas da escravidão que permanecem no país.

LUTA PERMANENTE

Uma história de luta por direitos

Apesar de as trabalhadoras domésticas terem direito à carteira assinada desde 1972 (30 anos depois da primeira regulamentação das leis trabalhistas, em 1943, da qual ficaram de fora), foi somente com a Constituição de 1988 que conquistaram a aposentadoria, o 13º salário, o descanso semanal remunerado e o direito de não receber remuneração inferior a um salário mínimo. Já o FGTS e o seguro-desemprego vieram 13 anos depois, em 2001, e mesmo assim não se transformaram num direito de fato, já que o recolhimento dos tributos necessários

para garantir benefício ainda era opcional ao contratante. Em 2006, a lei proibiu o empregador de descontar dos salários gastos com alimentação, vestimenta, moradia e higiene. Foram garantidas também férias de 30 dias e a não demissão, sem justa causa, após cinco meses do parto. Em 2013, com a promulgação da PEC, veio a equiparação de direitos já assegurados aos demais trabalhadores com carteira assinada: jornada de oito horas (44 horas semanais), horas extras (com acréscimo de 50%), licença-maternidade de 120 dias, seguro-desemprego, FGTS,

adicional por trabalho noturno, salário-família, assistência gratuita a dependentes com até cinco anos em creches e pré-escolas, seguro contra acidentes de trabalho. Também foi estipulado que o salário mínimo seria o piso da categoria. Ficando de fora o pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade (nos casos necessários). Contudo, as regras não valem para as diaristas, que compõem uma enorme parcela da categoria.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/40HX2D0](https://bit.ly/40HX2D0)